

**As questões indígenas brasileiras no tempo presente:  
uma proposta metodológica para o ensino de história**

*Brazilian indigenous issues at this time:  
a proposed methodology for teaching history*

**Andréa Delfino Ferraz**  
Universidade Gama Filho  
andrea.delferraz@terra.com.br

Resumo: Propomos com este trabalho, discutir a inclusão de questões indígenas na educação brasileira. A inclusão de informações e debates no processo educacional, é interessante no intuito de esclarecer o tema, dar a possibilidade aos alunos de construir uma opinião acerca do respeito à cultura, identidade e memória indígena e se posicionarem diante das questões que estão presentes na atualidade brasileira. Também nos propomos a apresentar caminhos e alternativas que permitam um novo olhar sobre aqueles que são diferentes de nós, buscando uma nova postura da sociedade em relação às idéias e noções fortemente enraizadas no senso comum, para dar lugar a novos discursos e atitudes e também oferecer aos alunos um olhar atual sobre questões fundamentais das nações indígenas brasileiras, vivenciadas no tempo presente.

Palavras-chave: Ensino de História; Cultura indígena; Tempo Presente

*Abstract: We propose in this work, discuss the inclusion of indigenous issues in Brazilian education. The inclusion of information and debate in the educational process, it is interesting to clarify the issue, giving students the possibility to build an opinion about respecting the culture, identity and memory indigenous and position themselves on issues that are present in Brazilian . We also propose to present ways and alternatives to a new look at those who are different from us, seeking a new position in society in relation to the ideas and notions deeply rooted in common sense, to make way for new attitudes and discourses and also offer students a current look on key issues of the indigenous nations of Brazil, lived in the present tense.*

*Keywords: Teaching History, Indigenous Culture, Present Time*

Após participarmos durante dois semestres das aulas de História, em um Colégio de classe média alta, na zona norte do Município do Rio de Janeiro, e também analisarmos vários livros didáticos (VALADARES, RIBEIRO & MARTINS, 1992; SILVA 1994/2001; SCHIMIDT, 1999; COTRIM, 1996; PILETTI & PILETTI, 2001/2005), com o intuito de concluir o Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Gama Filho- RJ, concluímos que a temática indígena mostrada atualmente no Ensino Fundamental, só é

abordada no que diz respeito à época da chegada dos portugueses no continente. Após este período, o tema não é mais visto, fica para o aluno a impressão de que os índios desapareceram. No Ensino Médio, a temática indígena é vista no primeiro ano, porém não há tempo para um maior questionamento ou debates como no que diz respeito aos conflitos entre índios e brancos que vemos ultimamente, principalmente na questão de terras, apesar dos assuntos referentes a esses conflitos sociais e a problemas na questão ambiental estarem presentes nos últimos concursos do ENEM.

Apesar da alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, não vemos até o presente momento, a real concretização do cumprimento desta lei, no que diz respeito à História e cultura indígena nas nossas escolas, seja nos trabalhos propostos pelas instituições de ensino, seja na maioria do material didático oferecido aos alunos.

Percebemos a partir de material didático analisado, que os índios freqüentemente são lembrados no passado, e na maioria das vezes pela sua contribuição junto às raças branca e negra para a formação do povo brasileiro. No entanto, uma leitura mais atenta desses textos revela a dificuldade dos autores em lidar com a existência de diferenças étnicas e sociais na sociedade brasileira atual. Assim entendemos que este fato contribui para a perpetuação do desconhecimento sobre as questões indígenas por gerações de brasileiros.

Sabemos que desde a independência em relação às metrópoles européias, vários países americanos estabeleceram diferentes leis em relação aos índios e assim foram criadas instituições oficiais para cuidar dos assuntos a eles relacionados (BRASIL, 2003). No Brasil não foi diferente. Em 1850, o imperador D. Pedro II assinou uma lei chamada “Lei de Terras”, estabelecendo que as terras vagas fossem consideradas apropriadas para serem ocupadas e povoadas por colonos. O que se viu a partir da lei, é que muitas terras que pertenciam aos índios foram tomadas e ocupadas. Quando o Brasil se tornou República, não foi mencionado nada sobre os índios em suas primeiras leis. Em 1909 quando foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, o governo decidiu que os índios deveriam ser pacificados, para que suas terras pudessem ser aproveitadas e dessem lucro. Eles foram então reunidos em reservas indígenas, foram alfabetizados e educados para aprenderem noções de higiene e técnicas agrícolas. A partir de 1919 os índios passaram a ser tutelados, ou seja, o governo

brasileiro daria proteção enquanto eles permanecessem iguais aos seus pais e avós e não deixassem de ser índios. Porém eles não tinham direito a ter qualquer documento que provasse ser cidadão brasileiro, ou que provasse a propriedade de suas terras. Só a partir de 1988, é que a constituição brasileira (BRASIL, Art. 231) assegurou aos índios o direito de terem sua organização social e direitos sobre suas terras (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004).

Atualmente as populações indígenas são vistas pela sociedade brasileira ora de forma preconceituosa, ora de forma idealizada. O preconceito parte, muito mais, daqueles que convivem diretamente com os índios, ou seja, as populações rurais (OLIVEIRA, 2004, p. 63). Dominadas política, ideológica e economicamente por elites municipais com fortes interesses nas terras dos índios e em seus recursos ambientais, tais como madeira e minérios, muitas vezes as populações rurais necessitam disputar as escassas oportunidades de sobrevivência em sua região com membros de sociedades indígenas que aí vivem. Por isso, utilizam estereótipos, chamando-os de "ladrões", "traíçoeiros", "preguiçosos", "beberrões", enfim, de tudo que possa desqualificá-los. Procura-se justificar, desta forma, todo tipo de ação contra os índios e a invasão de seus territórios (OLIVEIRA, 2004, p. 63), apesar de seus direitos estarem assegurados na constituição federal.

Já a população urbana, que vive distanciada das áreas indígenas, tende a ter deles uma imagem favorável, embora os veja como algo muito remoto. Os índios são considerados a partir de um conjunto de imagens e crenças amplamente disseminadas pelo senso comum: eles são os donos da terra e seus primeiros habitantes, aqueles que sabem conviver com a natureza sem depredá-la. São também vistos como parte do passado e, portanto, estando em processo de desaparecimento, muito embora, como provam os dados, nas três últimas décadas tenha se constatado o crescimento da população indígena (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

Só recentemente os diferentes segmentos da sociedade brasileira estão se conscientizando de que os índios são seus contemporâneos. Há a percepção de que eles vivem no mesmo país, que eles participam da elaboração de leis, elegem candidatos e compartilham problemas semelhantes nas áreas da política, economia, saúde, educação e administração pública em geral. Hoje, vemos um movimento de busca de informações atualizadas e confiáveis sobre os índios, um interesse em saber, afinal, quem são eles (FUNAI).

Em relação à educação, percebemos também a mudança de perspectiva dos jovens brasileiros que hoje cursam a escola regular de ensino médio, ou seja, obter qualificação mais ampla para a vida e para o trabalho, já ao longo de sua escolarização básica e imediatamente

depois. Isso exige a revisão de uma idéia de que antes era, sobretudo, preparatória para a educação superior que hoje prepara o aluno para a vida e o trabalho. Entendemos que adequar essa escola para receber seu público atual é torná-la capaz de promover a realização pessoal, a qualificação para um trabalho digno, para a participação social e política, enfim, para uma cidadania plena de todos os seus alunos e alunas, fato que conduz à necessidade de se rever o projeto pedagógico de muitas escolas que não se renovam há décadas, tendo sido criadas em outras circunstâncias, para outro público e para um mundo diferente do de nossos dias (MEC; SEMTEC, 2002. p.11). Pois, apesar da produção e acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se muitas vezes, mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil (GRUPIONI, 1992. p. 13).

A literatura didática reitera o caráter ingênuo das populações indígenas. Esse caráter é salientado em primeiro lugar, pela representação do índio como um ignorante que não domina a lógica das coisas. Assim, ao tratarem das primeiras relações de troca de pau-brasil entre nativos e europeus, os livros ressaltam a questão da troca desigual: madeiras preciosas eram trocadas por espelhos, penas, e enfeites, muitas vezes denominados como bugigangas e ocasionalmente como ferramentas (VALADARES, RIBEIRO & MARTINS, 1994. p. 126; SILVA, 1994. p. 34; SCHIMDT, 1999. p. 154; PILETTI & PILETTI, 2001/2005. p. 124).

O fato de espelhos, penas e enfeites terem sido importantes para as cerimônias rituais, adquirindo assim um significado novo no âmbito das culturas nativas, não é considerado. Assim os europeus são qualificados como praticantes de um desvio moral, enquanto as populações indígenas são caracterizadas como suas vítimas (COTRIM, 1996. p. 75).

A vitimização é um segundo momento da representação do índio como ingênuo e ignorante, caracterizando-os assim como incapazes de responder à ambição e à violência do colonizador. Não que o livro didático deixe de mencionar as questões sobre escravização e etnocídio, mas que ao situá-las, suprimam a condição de agente histórico das populações indígenas (COELHO, 2009. p. 275).

Percebemos que nos processos históricos discutidos nos livros didáticos analisados, os povos indígenas são classificados como perdidos, (VALADARES, RIBEIRO & MARTINS, 1994. p. 56) massacrados (COTRIM, 1996. p. 109), e submissos (PILETTI & PILETTI, 2001. p. 75). As narrativas concentram toda a ação nas mãos dos europeus. São os europeus que obrigam os índios a trabalhar, que invadem suas terras e ocasionam a mudança na vida das populações. Não levam em consideração que as populações indígenas viveram processos históricos anteriores à chegada dos europeus. Vemos uma afirmação de que a história das populações indígenas tem sido as mesmas há 500 anos, marcadas por violências e expropriações (COELHO, 2009. p. 275-276).

Nos livros didáticos, os índios são quase sempre focalizados no passado. Sua história não é mostrada como progressiva, que se acumula e se transforma. É, ao contrário, uma história estanque, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente européia (TELLES, 1997. p. 487). Um exemplo desta afirmação é que poucos livros mencionam a questão da origem dos povos indígenas no continente americano. Na maioria dos manuais, a presença do índio neste continente não é problematizada, é considerada um fato consumado (PINTO E MYAZAKI, p.170). Esses manuais privilegiam os feitos da historiografia européia, ignorando os feitos e a vivência dos povos que aqui viviam. O índio, assim, é mostrado como um coadjuvante na história, não como um sujeito histórico (TELLES, 1997. p. 487).

Quando um livro didático aborda a presença indígena no presente, geralmente são pulverizados alguns dados, que em algumas das vezes estão incorretos. Falam da existência dos índios ou vivendo isolados na Amazônia e protegidos no Xingu, ou então já contaminados pela civilização e sua aculturação sendo um caminho sem volta ( GRUPIONI, 2004. p. 490). Neste sentido, os livros didáticos realizam uma simplificação da questão e demonstram a nossa incapacidade em compreender o outro, que é diferente, em seus próprios termos. E assim a questão indígena tem estado envolta num ambiente de preconceito, intolerância e muita desinformação ( GRUPIONI, 2004. p. 491).

A conclusão geral a que chegamos é que a maioria dos manuais escolares continuam a ignorar as pesquisas feitas por historiadores e antropólogos sobre o conhecimento do outro. Eles revelam a sua deficiência em tratar da diversidade étnica e cultural existente no Brasil (GRUPIONI, 2004. p. 491).

Parece-nos que o caminho é rever nossos conhecimentos, perceber nossas deficiências e buscar novas formas e novas fontes de saber. Nós, professores de História, precisamos levar para a sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos, buscar informações corretas e contextualizadas, que levem os alunos a refletirem sobre as suas posturas e atitudes cotidianas (GRUPIONI, 2004. p. 492).

Acreditamos, assim, que o conhecimento acadêmico e o saber escolar devam assumir posições de compromisso que impeçam a reprodução de imprecisões, e de uma visão deformada de qualquer um dos agentes históricos tratados. Seria importante que os historiadores não esquecessem de que a formação do aluno/cidadão crítico implica necessariamente no desenvolvimento de capacidades cognitivas e não na produção de estereótipos, mitos ou heróis (COELHO, 2009. p. 280).

#### Referências

BRASIL. Artigo nº 231 da Constituição federal do Brasil.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Educacionais. Lei Nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.

COTRIM, Gilberto. História & consciência do Brasil I: da conquista à Independência. São Paulo: Saraiva, 1996.

GRUPIONI, Luís Donisete. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ª Ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. “As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada” In: GRUPIONI, Luís Donizete (org.) . Índios do Brasil, SMC-SP, São Paulo, 1992.

LOPES DA SILVA, Aracy (org.). A questão indígena na sala de aula - Subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ª Ed. São

Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. História & vida integrada. 5ª série e 6ª série. São Paulo: Ática, 2001 e 2005.

PINTO, Regina Pahim e MYAZAKI, Nobue. A representação do índio nos livros didáticos na área de Estudos sociais. In: Revista do museu Paulista, Nova Série, vol. XXX, USP, São Paulo.

Portal FUNAI, disponível em < <http://www.funai.gov.br>>, Acesso em 29/05/2010.

SCHIMIDT, Mário F. Nova História crítica. 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil I. Colônia – Primeiro grau. São Paulo: Moderna, 1994.

\_\_\_\_\_. História: do mundo medieval ao período colonial brasileiro. 6ª série. São Paulo: Moderna, 2001.

TELLES, Norma. "A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora", in LOPES DA SILVA, Aracy (org.). A questão indígena na sala de aula - Subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo, Brasiliense, 1987.

VALADARES, Virginia T. RIBEIRO, Vanise. MARTINS, Sebastião. História: assim caminha a humanidade. 5ª série e 6ª série. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1992.